



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: MAPEANDO A HISTÓRIA PARA CONSTITUIR UMA FONTE DE MEMÓRIA

SCHOOL LIBRARY NATIONAL PROGRAM (PNBE): HISTORY MAPPING AS A WAY TO CONSTITUTE A SOURCE OF MEMORY

Camila Alves de Melo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Eliane Lourdes da Silva Moro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho objetiva mapear o percurso histórico de constituição do Programa Nacional Biblioteca da Escola, de modo a produzir uma fonte de memória do Programa. Constitui-se em pesquisa documental, a partir de documentos públicos e oficiais oriundos do Diário Oficial da União e dos *sites* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Ministério da Educação. Evidencia-se que o PNBE passou por mudanças ao longo de seus quase vinte anos de vigência, que dizem respeito ao processo de seleção e avaliação das obras e aos agentes envolvidos nessa tarefa, bem como a caracterização e destinação dos acervos distribuídos.

Palavras-Chave: Programa Nacional Biblioteca da Escola. Memória. Política pública.

Abstract: This work aims to map out the historical path that constituted the School Library National Program (PNBE) to produce a source of memory for said program. This documentary research was based on official public documents taken from the Union's Official Diary (DOU) and the National Fund for Educational Development (FNDE) and the Ministry of Education websites. PNBE was constituted by the many changes that occurred during its almost twenty years in effect. These concern the selection and evaluation process of the books, the agents involved in this task and the characterization and destination of the distributed collections.

Keywords: School Library National Program (PNBE). Memory. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido. (CARDINI, 1988, p. xii).

É a partir deste conceito de memória, como (re)tecimento daquilo que o tempo cancela, como instrumento de fuga ao esquecimento, que esta pesquisa se desenvolveu. É ao mesmo tempo ato acadêmico e político, porque além de gerar conhecimento a partir da produção de uma análise do percurso histórico de uma política pública, também manifesta descontentamento ao materializar o esvaziamento que a extinção dela deixou. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo mapear o percurso histórico desde a constituição do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) até sua extinção, de modo a produzir uma fonte de memória do Programa.

Infelizmente, de modo repetido, políticas públicas importantes e duradouras são extintas com “o poder de uma caneta” nas trocas de governo. É o caso do PNBE, criado em 1997, em vigência até 2014 e extinto em 2017, colocando um ponto final em um percurso de quase vinte anos de história dessa importante e polivalente política pública, podendo ser tipificada como política de acesso à leitura, de biblioteca, de cultura, de informação e de educação. No entanto, essa relevante trajetória merece a dedicação dos bibliotecários, que tem em seu fazer profissional a recuperação, a organização e a mediação da informação, com vistas a manter viva a memória de um programa que foi responsável por levar mais de 316 milhões de livros às escolas públicas de todo o Brasil.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida é de abordagem qualitativa, com objetivo exploratório, que utiliza como procedimentos a pesquisa documental e busca na Análise de Conteúdo (MORAES, 1999) a técnica de análise dos dados.

A pesquisa de abordagem qualitativa “[...] é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Para isso, envolve diferentes procedimentos – tanto de produção do corpus de pesquisa quanto de análise das

materialidades – para dar visibilidade à ação contextualizada do pesquisador e ao objeto sobre o qual ele se debruça.

De acordo com o objetivo, essa pesquisa também pode ser considerada como de cunho exploratório, que “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2008, p. 27). Ainda de acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias têm por prática adotar procedimentos de “levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.”. Neste estudo adota-se a pesquisa documental.

Ao abordar a pesquisa documental, ou análise documental, Cellard (2012, p. 295) reflete a potencialidade do documento escrito como elemento de representação histórica, às vezes sendo “[...] o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.”. Por documentos, entende-se “[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação [...]” (PHILLIPS, 1974, p. 187), compreendendo “[...] leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão e até livros, estatísticas e arquivos escolares.” (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 45). Cellard (2012) diferencia os documentos em três tipos: públicos, privados e pessoais. Já Lüdke e André (2015) os categorizam como oficiais, técnicos e pessoais. A pesquisa documental aqui empreendida tomará por base documentos públicos e oficiais, em um *corpus* constituído por 679 publicações no Diário Oficial da União (DOU) e 3 registros em *sites*, sendo dois destes registros disponíveis no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e um no *site* do Ministério da Educação (MEC).

Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo (MORAES, 1999, p. 9), definida como “[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. Para empreendê-la, utilizou-se as cinco etapas definidas pelo autor: (1) Preparação das informações, (2) Unitarização, (3) Categorização, (4) Descrição e (5) Interpretação (MORAES, 1999).

3 HISTÓRIA E MEMÓRIA DO PNBE

O PNBE foi instituído pela Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997 (BRASIL, 1997a), sob gestão do FNDE. O Programa teve como objetivo “[...] promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.” (BRASIL, [entre 1997 e 2018], documento não

paginado). No mês seguinte ao de sua instituição, é publicada a listagem dos livros selecionados para compor o primeiro acervo do Programa, por via da Portaria nº 652, de 16 de maio de 1997 (BRASIL, 1997b). Essa primeira seleção dos livros ficou a cargo de comissão definida pela Portaria nº 1.177, de 14 de novembro de 1996, composta por: Alfredo Bosi; Cândido Mendes; Eduardo Portella; Lygia Fagundes Telles e Sérgio Paulo Rouanet (BRASIL, 1996).

Quanto à seleção, à avaliação e à aquisição das obras, é possível perceber uma gradual qualificação do processo. Com a exceção de três primeiras edições (1998, 1999 e 2000), de 2001 a 2014 houve a publicação de editais de convocação para que as editoras submetessem suas obras para avaliação. Apenas no ano de 2000 não houve um processo de seleção de obras, tendo em vista que o PNBE neste ano se voltou, como será explicitado adiante, aos recém-lançados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nos outros anos, o processo de seleção foi feito por diferentes agentes: por Comissões Técnicas (1998, 2001, 2002 e 2003), pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC) (1999), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (de 2006 a 2014); esse período demonstra que o CEALE foi um dos maiores responsáveis pela seleção de obras do PNBE e foi sob a responsabilidade do Centro que o Programa se estabilizou e se expandiu. No CEALE, o PNBE esteve sob coordenação da Profa. Aparecida Paiva, que se dedicou também ao seu estudo aprofundado, produzindo diversas pesquisas sobre ele.

Ainda na esteira dos agentes envolvidos no Programa, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) figura como responsável pelo processo de triagem do PNBE em diversos anos. A partir de 2002 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é contratada para proceder o envio das obras do PNBE (BRASIL, 2002). A parceria com os Correios possibilitou a distribuição de forma direta às escolas, sem ter que passar pelas Prefeituras ou pelas Secretarias de Educação, facilitando a pronta chegada às instituições.

Quanto ao público-alvo das coleções no âmbito do Programa, entre 1998 e 2002 foram contemplados alunos do Ensino Fundamental (diversificando entre Anos Iniciais e Finais desta etapa) na modalidade regular, quando em 2003 são incluídos os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2008, a novidade é a inclusão dos alunos de Educação Infantil e do Ensino Médio (no que foi intitulado “Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio –

PNBEM”). A partir de 2009, passa a atender Anos Finais e Ensino Médio nos anos ímpares e Educação Infantil, Anos Iniciais e EJA nos anos pares. Sendo assim, o PNBE atendeu toda a Educação Básica.

Inicialmente voltado aos alunos em anos escolares específicos, paulatinamente o Programa passou a incorporar também os professores, por meio da distribuição de obras e periódicos de cunho didático-pedagógico. Em 2000, único ano que não houve distribuição de obras literárias aos alunos, o PNBE foi voltado exclusivamente aos professores, em uma ação que visava a disseminação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e para a Educação Indígena e da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, criadas na época. Ações específicas voltadas aos docentes ocorreram sob a denominação de “Biblioteca do professor” (em 2003) e “PNBE do Professor” em 2010 e 2013. Também para os docentes houve a ação “PNBE Periódicos” de 2010 a 2014, embora extratos de contratos no âmbito do PNBE, encontrados no Diário Oficial da União, já mostrem aquisições de periódicos voltados para os professores no ano de instituição do Programa, em 1997, a exemplo do “Jornal do Alfabetizador” (BRASIL, 1997b), e posteriormente, em 1999, aquisições da revista “Nova Escola” (BRASIL, 1999a) e da “Revista Ciência Hoje das Crianças” (BRASIL, 1999c).

Embora se chame “Programa Nacional *Biblioteca da Escola*”, durante três edições (2001, 2002 e 2003), sob a designação “Literatura em Minha Casa”, o Programa distribuiu obras para que os estudantes e professores levassem para casa, para sua propriedade e uso pessoal, a fim de que compartilhassem as leituras com a família e trocassem os acervos entre colegas, já que cada um recebia um acervo diferente. Porém, em 2005, o Programa volta a focar na constituição dos acervos das bibliotecas escolares, alinhado ao seu propósito de criação.

Ainda sobre o público-alvo das coleções, houve uma crescente preocupação do Programa em atender aos alunos com deficiência. Em 1999, fruto de uma parceria com a Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC), foram distribuídas quatro obras voltadas para este público. Em 2008 há uma ação chamada PNBE Especial, que endereçou às escolas:

[...] obras de orientação pedagógica e de literatura, acessíveis em libras, braille, áudio, com caracteres ampliados e em TXT com adaptações para utilização de software com leitor de voz, que subsidiem a formação docente para a escolarização e para a oferta do atendimento educacional

especializado de alunos da educação básica com deficiência sensorial [...]. (BRASIL, 2007, p. 11).

Ainda na esteira das ações de inclusão e acessibilidade, a partir da edição de 2013 há um forte investimento no Mecdaisy, *software* leitor de livros em formato digital, criação do Ministério da Educação em parceria com o Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ. Outra parceria importante foi feita com o Instituto Benjamin Constant (IBC), em diferentes anos, com a função de tradução dos livros para o Braille.

Outra ação diferenciada foi o PNBE Temático, ocorrida em 2013, que se voltou para a seleção de obras “[...] elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, considerando diferentes temáticas e as especificidades de populações que compõem a sociedade brasileira, no âmbito do PNBE.” (BRASIL, 2012, p. 37). Esta ação selecionou obras com as temáticas: indígena, quilombola, campo, Educação de Jovens e Adultos, direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, educação especial, relações étnico-raciais e juventude. Também foi lançado edital para o PNBE Indígena 2015 (BRASIL, 2015), que contemplaria obras literárias de temática indígena, no entanto não houve registros de que essa ação tenha se efetivado, tendo em vista que a última distribuição de livros no âmbito do Programa ocorreu em 2014.

Ao longo de sua história, o PNBE vinculou-se a outras iniciativas governamentais, a exemplo do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), os quais deveriam incorporar os materiais do PNBE em suas ações.

O PNBE também foi alvo de diferentes monitoramentos e avaliações durante sua vigência. Cinco ações de monitoramento do Programa foram feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos anos de 1999, 2002, 2003, 2004 e 2005. Também foi realizada uma avaliação, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre 2005 e 2006.

A Tabela 1 tem como foco o quantitativo de valor investido e de obras distribuídas no PNBE de 1998 a 2014:

Tabela 1 - Valor investido e quantidade de livros distribuídos no PNBE (1998-2014)

Ano	Valor investido	Quantidade de obras distribuídas
PNBE 1998	R\$: 29.830.886,00	3.660.000
PNBE 1999	R\$: 24.727.241,00	3.924.000
PNBE 2000	R\$: 15.179.101,00	3.728.000
PNBE 2001	R\$: 57.638.015,60	60.923.940
PNBE 2002	R\$: 19.633.632,00	21.082.880
PNBE 2003	R\$: 100.843.633,30	49.034.192
	PNBE 2004 - SEM DADOS	

PNBE 2005	R\$: 47.268.337,00	5.918.966
PNBE 2006	R\$: 45.509.183,56	7.233.075
2007 – MUDANÇA DE NOMENCLATURA		
PNBE 2008	R\$: 65.283.759,50	8.601.932
PNBE 2009	R\$: 77.498.631,10	10.593.491
PNBE 2010	R\$: 146.716.019,04	30.415.720
PNBE 2011	R\$: 101.962.988,98	17.115.844
PNBE 2012	R\$: 135.093.348,58	25.635.233
PNBE 2013	R\$: 248.055.011,74	34.418.960
PNBE 2014	R\$: 150.840.016,06	34.145.070
TOTAL	R\$: 1.266.079.804,46	316.431.303

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos dados obtidos em Brasil ([entre 1998 e 2012]; [entre 2013 e 2014])

Por fim, em 2015 e 2016 não houve distribuição de obras às escolas. Após vinte anos da instituição do Programa, o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), unifica as ações do PNBE com as do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), passando a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático, permanecendo a sigla PNLD. Em 2017 não há qualquer movimentação sobre as obras literárias, já em 2018 é divulgado o “PNLD Literário”, no qual as escolas deveriam escolher os livros (de uma lista pré-selecionada por uma extensa equipe de pesquisadores) que seriam enviados somente em 2019. Ou seja, o fim do PNBE representou uma lacuna de quase cinco anos sem envio de obras literárias às escolas, sem expansão dos acervos das bibliotecas e, por consequência, com menos acesso à leitura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNBE perseguiu, a cada mudança, a busca pelo acesso à leitura – assim como defendeu Geraldi (2018) – como um direito, levando literatura de qualidade aos alunos das escolas públicas brasileiras. O Programa investia na expansão dos acervos das bibliotecas escolares, porque compreendia que equipá-las era garantir, talvez, o único lugar no qual os alunos das escolas públicas têm acesso à livros. No entanto, é preciso ponderar que o Programa poderia ter avançado no estudo das condições e até da existência de espaços estruturados de bibliotecas nas escolas públicas brasileiras, bem como da própria existência de bibliotecários para fazer o trabalho com as coleções. Este estudo poderia trazer uma outra vertente de ação ao Programa, direcionada aos espaços e aos sujeitos, qualificando-o para uma atividade contextualizada às demais necessidades envolvidas ao livro, à leitura, às bibliotecas e à formação de leitores.

O Programa partiu de um processo de seleção que envolvia uma comissão técnica com cinco membros, para um extenso e complexo processo de triagem, avaliação e seleção de obras, envolvendo um grande volume de especialistas, tudo isso para levar os mesmos livros das livrarias para quem, na maioria das vezes, sequer tem condições de ir até elas. O PNBE

mostrava interesse na democratização do acesso ao livro para todos, construindo e aperfeiçoando estratégias para que também as Pessoas com Deficiência pudessem – em condições equânimes – exercer o direito à leitura, alinhando-se ao que Estabel e Moro (2011) chamam de Bibliodiversidade. Não era perfeito, mas tinha história, tinha avanços e tinha potencial para ir além. Porém, em 18 de julho de 2017, um ponto final na trajetória e a aglutinação ao PNLD. No jogo do “quem ganha mais verba”, na disputa do livro literário com o didático, quem ganha? Quem perde? Nessa direção, sinaliza-se e corrobora-se a importante reflexão de Bufalo (2018, p. 176):

[...] não temos dúvida de que a política para a leitura deverá ser concentrada na efetivação das bibliotecas escolares. Lamentavelmente vivemos o tempo de extinção do PNBE, razão ainda maior para continuar a pesquisar, discutir e lutar pelas políticas públicas para a leitura. Para nós, o novo caminho passa pela concepção em posição política de que todos devem ler livros inteiros [...] em oposição aos fragmentos e textos didáticos.

Longe de romantizar o PNBE ou de fechar os olhos para os seus limites, lamenta-se a falta de estabilidade e a descontinuidade das políticas públicas e iniciativas governamentais em geral. Vários pesquisadores se dedicaram a estudar o Programa, apontaram caminhos para o seu aperfeiçoamento, porém, é costume das autoridades criar outras ações, especialmente em trocas de governo, ao invés de aprimorar as existentes. Na junção com o PNLD, o Programa não trouxe nenhuma inovação que viesse a preencher as lacunas apontadas pelos pesquisadores ao longo de todos esses anos. Enfim, em função desse quadro de instabilidades, o mapeamento aqui realizado teve como intenção a produção de uma fonte de memória. Essa mobilização fez lembrar os dizeres, extremamente atuais, da historiadora e professora brasileira Emília Viotti da Costa: "Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.". História e memória se colocam como essenciais para o desenvolvimento de uma nação, progresso que obrigatoriamente perpassa as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.177 de 14 de novembro de 1996. **Diário Oficial da União**: seção 2, Brasília, DF, ano 37, n. 223, p. 8339-8340, 18 nov. 1996. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/1996&jornal=2&pagina=11&totalArquivos=36>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 80, p. 8519-8519, 29 abr. 1997a.

Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/04/1997&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=88>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação. Extrato de contrato - Contrato nº 1784/97. **Diário Oficial da União:** seção 3,

Brasília, DF, ano 135, n. 122, p. 13416, 30 jun. 1997b. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/1997&jornal=3&pagina=24&totalArquivos=96>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 652, de 16 de maio de 1997.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 94, p. 10350-10351, 20 maio 1997c.

Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/05/1997&jornal=1&pagina=18&totalArquivos=72>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Extrato

de contrato nº 29/99. **Diário Oficial da União:** seção 3, Brasília, DF, ano 137, n. 82, p. 20, 3

maio 1999a. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/05/1999&jornal=3&pagina=24&totalArquivos=56>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Extrato

de contrato nº 483/99. **Diário Oficial da União:** seção 3, Brasília, DF, ano 137, n. 161-E, p. 7,

23 ago. 1999b. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/08/1999&jornal=3&pagina=7&totalArquivos=80>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Extrato

de inexigibilidade de licitação nº 263/2002. **Diário Oficial da União:** seção 3, Brasília, DF, ano

139, n. 171, p. 30-31, 04 set. 2002. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/09/2002&jornal=3&pagina=30&totalArquivos=108>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Resolução nº 50, de 30 de outubro de 2007. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF,

ano 144, n. 210, p. 11-12, 31 out. 2007. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/10/2007&jornal=1&pagina=11&totalArquivos=112>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital de

convocação nº 1/2012. **Diário Oficial da União:** seção 3, Brasília, DF, ano 149, n. 1010, p. 37,

25 maio 2012. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/05/2012&jornal=3&pagina=37&totalArquivos=248>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do

Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 237, p.

7-8, 19 jun. 2017. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/07/2017&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=72>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. [Brasília], [entre 1997 e 2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do Livro – Dados Estatísticos**. [Brasília], [entre 2013 e 2014]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>. Acesso em: 20 maio 2019. Documento não paginado.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do Livro – Dados Estatísticos de anos anteriores**. [Brasília], [entre 1998 e 2012]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos/item/3016-dados-estat%C3%ADsticos-de-anos-anteriores>. Acesso em: 20 maio 2019. Documento não paginado.

BUFALO, Katia Silva. **Políticas públicas para a leitura: a mercantilização da educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

CARDINI, Franco. Un sociologo al Santo Sepolcro. *In*: HALBWACHS, Maurice. **Memorie di Terrasanta**. Venezia: Arsenale, 1988. p. vii-xxiv.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p. 67-81, jan./jun. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GERALDI, João Wanderley. **Ainda e sempre – leitura**. [S. l.]: Blog do Geraldi, 2018. Disponível em: <http://blogdogeraldi.com.br/ainda-e-sempre-leitura/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

PHILLIPS, Bernard S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.